

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

POLÍTICAS DE GOVERNO NO ÂMBITO EDUCACIONAL: ANÁLISE DO PROCESSO DE MUDANÇA ESTRATÉGICA DA CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA¹

Aline Prestes Roque², Carla Maron³, Lurdes Marlene Seide Froemming⁴, Laiane Flores⁵, Camila Nemitz De Oliveira Saraiva⁶, Jorge Oneide Sausen⁷.

¹ Projeto de Pesquisa realizado no Curso - Mestrado em Desenvolvimento da Unijui

² Aluna do mestrado de desenvolvimento da unijui.

³ Aluna do mestrado em Desenvolvimento da Unijuí.

⁴ Professora da Unijuí.

⁵ Não foi aluna da Unijuí.

⁶ Mestre em Desenvolvimento pela unijui.

⁷ Professor do mestrado em Desenvolvimento

Introdução

Em, 24 de abril de 2007, foi lançado o Decreto 6.095 que estabelece diretrizes para o processo de integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Com isso, este trabalho apresenta uma breve explanação do contexto histórico em que as instituições que deram origem aos IFs (CEFETs, ETFs, EAFs e Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais), e que compunham até 2008, a Rede Federal de Educação Tecnológica, foram criadas assim como sua caracterização. O objetivo do estudo é de analisar o processo de mudança estratégica que transcorreram no período de 1909 à 2008. A realização do trabalho foi feita por meio de estudo de caso de natureza qualitativa, construído através de um contexto histórico. Na pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Para analisar a adaptação estratégica adotada pelo programa de governo dos IFs, foi relacionado (qual a mudança), ao seu contexto (o porquê da mudança) e ao seu processo (como se deu a mudança), baseado modelo de análise de mudanças organizacional que segue a proposta de Pettigrew, Ferlie e Mckee (1992).

A pesquisa foi realizada no histórico dos IFs, especificamente o IF Farroupilha, localizado no estado do Rio Grande do Sul. O trabalho está dividido em quatro partes: na primeira apresenta-se o estudo, na sequência é posta a análise do processo de mudança e adaptação estratégica, iniciando pelo histórico e construção dos principais eventos críticos e períodos estratégicos, seguindo a análise teórica do estudo como um todo. Por fim, as considerações finais.

Planejamento Estratégico

Os Institutos Federais nasceram de uma mesma lei de criação, com objetivos e estrutura básica pré-determinada. Porém, cada uma dessas instituições, na sua interação com o contexto local e regional, assume propósitos e se organiza conforme dispositivos estatutários e regimentais próprios. A implementação e o controle da oferta das atividades educacionais a que se propõe exigem planejamento criterioso e intencional voltado para o cumprimento de sua função social.

De acordo com Borges e Araújo (2001), o planejamento

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

estratégico “é um processo intencional de interferência organizacional, através do qual uma organização, a partir da análise dos ambientes externos e de sua situação interna, define sua missão, seus objetivos e metas, bem como as estratégias e meios para alcançá-los”. Na

concepção de Cunha (1995), as Instituições Públicas “pouco se preocupam com ameaças e oportunidades por serem sustentadas pelo poder público”. Ao mesmo tempo, encontram grandes dificuldades para definir e operacionalizar os seus objetivos, assim como carecem de habilidade gerencial para estabelecer mudanças rápidas.

O serviço público deve buscar a excelência de suas ações, almejando resultados significativos através de sua atuação, desenvolvendo a instituição e conseqüentemente, o local onde está inserido. A discussão de estratégias educacionais para promover a aprendizagem científica não deve se limitar ao campo puramente pedagógico, mas sim sobre um projeto de sociedade.

Conforme as Concepção e Diretrizes dos IFs, “o planejamento estratégico trata o futuro das decisões atuais, pois as escolhas ou decisões em relação aos caminhos futuros representam a base das decisões atuais”. Assim, identificar sistematicamente oportunidades e ameaças do futuro, e combiná-las com outros dados relevantes, constituem os fundamentos para que sejam tomadas decisões atuais mais acertadas aproveitando-se as oportunidades e evitando as ameaças.

A implantação dos Institutos é um planejamento estratégico que surgiu da necessidade de desenvolver as comunidades e as regiões em que os mesmos estão inseridos, devendo ter uma forte inserção na área de pesquisa e extensão, visando estimular o desenvolvimento de soluções tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade com um olhar político-social.

Gestão da Mudança Organizacional

Os avanços das últimas décadas têm levado as organizações a buscarem novas formas de gestão com o intuito de melhorar, alcançar resultados e atingir a missão institucional. Muito se tem falado sobre mudanças organizacionais em busca de formas de organização que possibilitem melhores resultados.

Wood (2009) em uma definição mais ampla descreve a mudança organizacional como “qualquer transformação de natureza estrutural, estratégica, cultural, tecnológica, humano ou de qualquer outro componente, capaz de gerar impacto em partes ou no conjunto da organização”.

As organizações tem uma crescente necessidade e/ou desejo por mudanças organizacionais. Para tanto, é preciso adotar processos que implementem mudanças planejadas ou que aloquem recursos para resolver questões estratégicas. Justifica-se a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a partir do Plano de Expansão de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, um processo de mudança com o objetivo de preencher um vazio regional de ensino técnico, especificamente na área de indústria e serviços, objetivando o desenvolvimento da região e o estancamento do êxodo dos jovens da região.

Para viabilizar um processo contínuo e integrado de desenvolvimento da coletividade, deve-se assumir a importância da aprendizagem organizacional, buscando a construção de um sistema social caracterizado pela articulação constante do conhecimento e das experiências em todas as esferas organizacionais. Nesse contexto, há a viabilização da aprendizagem e da mudança organizacional, sendo construídas novas competências necessárias ao desenvolvimento da organização.

Períodos estratégicos e eventos

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

No Brasil, os Institutos Federais são as únicas Instituições de ensino que possuem esse formato, apresentando um grande diferencial em termos da oferta da educação nos diversos níveis de ensino e modalidade de cursos, bem como no modelo administrativo e organizacional.

A seguir são apresentados os eventos marcantes no período de 1909 à 2008, de acordo com a metodologia do estudo. A Figura 1 apresenta a sistematização dos períodos que determinaram as mudanças estratégicas da rede federal de ensino.

Figura 01: Períodos de Mudança, 1909 a 2008.

Períodos

Estratégicos	Contexto Histórico	Consequência
1909 – 1929	Decreto que criou as escolas de Aprendizes e Artífices	Maior formação pré-industrial ou artesanal, do que educacional, além de terem sido um cunho muito mais social do técnico
1930 -1949	Busca de consolidação do capitalismo e formação de força de trabalho	Redefinição do papel do Estado em matéria econômica
1950 – 1989	Multinacionais instalam-se no país	Investimentos em qualificação de mão-de-obra
1990- 2007	Maior aproximação da educação básica	Alto índice de aprovação no vestibular
2008	O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	Desenvolvimento de diferentes estratégias de integração que constituem espaços adequados ao diálogo com a sociedade

Fonte: Autoras do artigo, 2016.

Período I (1909- 1929)

A construção da força de trabalho no âmbito da educação escolar brasileira tem como marco inaugural a criação das escolas de Aprendizes e Artífices no século XX, a partir do Decreto de lei n. 7.566 de setembro de 1909, sendo que estas tenham sido muito mais ligadas à formação pré-industrial ou artesanal, do que educacional, além de terem sido um cunho muito mais social do que técnico.

Destinada à recém-formada classe operária brasileira, em virtude da (ainda incipiente) industrialização, do crescimento do setor terciário e da própria urbanização. Dentro dessa perspectiva, a educação profissional foi criada para atender jovens e adultos que viviam à margem da sociedade (FONSECA 1961, p. 68)

Período II (1930-1949)

Com a ruptura que aconteceu com o golpe de 1930 e que deu um novo rumo, ao avanço da acumulação capitalista no país, “no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como na redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o polo urbano industrial o eixo dinâmico da economia” (MENDONÇA, 1988, p. 13).

Favorecendo a indústria brasileira e pretendendo consolidar com o capitalismo nacional, uma série de medidas foi tomada pelo governo do então presidente Getúlio Vargas, buscando ajustar os processos de formação da força do trabalho no país a esses objetivos no âmbito da economia e da política (TAVARES, 2012; IGNACIO, ASSIS, 2012).

Período III (1950-1989)

Apesar do processo de industrialização do Brasil ganhar impulso já nas décadas de 1930-1940, o setor

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

industrial ganhou uma nova feição a partir da década de 1950, quando empresas multinacionais se instalaram no país, fazendo com que o Brasil passasse a depender do capital internacional, que passa a requisitar investimentos em qualificação de mão-de-obra (TAVARES, 2012; IGNACIO, ASSIS, 2012).

Período IV (1990 -1989)

No decorrer do século XX, a Rede Federal foi adequando às novas demandas apresentadas pela sociedade. Neste processo, o ensino técnico teve momentos de maior ou menor proximidade e equivalência com relação à educação básica preparatória (BRASIL/CNE/CEB, 1999).

Dessa forma, a educação tecnológica é apresentada como a responsável pelo aumento da produtividade e da qualidade, e conseqüentemente, pela competitividade da nossa economia no cenário internacional, em um processo de desenvolvimento econômico e social (TAVARES, 2012; IGNACIO, ASSIS, 2012).

Período V (2008)

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano. A mencionada lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do Sistema Federal de Ensino, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (Lei 11.892/08, art. 1º).

A implantação dos Institutos surgiu da necessidade de desenvolver as comunidades e as regiões em que os mesmos estão inseridos, devendo ter uma forte inserção na área de pesquisa e extensão, visando estimular o desenvolvimento de soluções tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade (NERI, 2008; OTRANTO, 2010).

A rede federal de educação profissional, científica e tecnológica O Instituto Federal Farroupilha foi criado pela Lei nº 11.892, utilizando-se da infraestrutura já existente da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da fusão e transformação do Centro Federal Tecnológico de São Vicente do Sul, Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e Unidade Descentralizada de Santo Augusto em uma nova Instituição Federal de Ensino. Atualmente, tem sua Reitoria localizada na cidade de Santa Maria, e é formado pelos seguintes campi: Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul e Uruguaiana.

Como instituições de ensino superior, os Institutos Federais devem ter um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), requisito imprescindível para reconhecimento e avaliação de cursos superiores, de acordo com o Decreto Nº 5.773, de 2006. O conteúdo mínimo do PDI é definido pelo Artigo 16 do mesmo decreto, em que destacam seu perfil institucional, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a organização didático-pedagógica, o planejamento de oferta de cursos, o funcionamento administrativo e a infraestrutura.

Ainda de acordo com o Decreto nº 5.773/2006, a cada cinco anos, as instituições de ensino superior devem elaborar um novo PDI, sendo que o primeiro foi elaborado para o período de 2009-2013 e o segundo estará em vigência até 2018. Por se

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

constituírem como autarquias federais, com características específicas, os Institutos têm a obrigatoriedade de também elaborar anualmente um Plano de Trabalho ou Plano de Ação contendo as estratégias/ações, e metas para o período.

O PDI é considerado uma ferramenta de gestão, um documento que retrata a identidade da Instituição de Ensino Superior (IES) no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão, às estratégias para atingir as metas e objetivos, estrutura organizacional, diretrizes didático-pedagógicas, administrativas, orçamentárias e de infraestrutura.

A construção de um PDI deve ser embasada em diagnóstico interno e externo e ter transparência em todas as etapas, ações e propostas de documentos elaborados, visando dar legalidade e legitimidade ao Plano. É importante o envolvimento dos três segmentos (docentes, discentes e técnico-administrativos em educação) por meio da realização de eventos/atividades que contem com a participação coletiva ou por representação.

Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos IFs, baseando-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual.

Considerações Finais

Pode-se afirmar que a educação profissional tem sido o campo preferencial das intervenções massivas, verticalizadas do Governo Federal, promovendo modificações substantivas no seu ethos organizacional, estrutural e didático-pedagógico, a fim de adequar ao cenário globalizado. Nesse contexto, marcado pela primazia da pós-modernidade, da globalização, do neoliberalismo e das novas tecnologias, as políticas públicas em educação passam a focar no conhecimento do aluno, desempenho e competências, em plena sintonia com as necessidades e prioridades do mercado.

Os Institutos Federais são hoje, mais que um novo modelo institucional/educacional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira, que está produzindo mudanças altamente significativas na vida e na história das instituições que aderiram a essa proposta governamental. Dessa forma, essas mudanças estratégicas que aconteceram no período de 1909 até a criação dos IFs em 2008, devem ser acompanhadas e divulgadas a população brasileira.

Diante do exposto, pode-se concluir que a universalização da educação básica passa, obrigatoriamente, pela decisão política da sociedade de ampliar os investimentos na educação. É possível constatar que os Institutos ressaltam a valorização da educação atuando em prol do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania.

Referências

BRASIL, Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Junho de 2008. _____DECRETO nº 5.773 –

Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional. Maio de 2006.

_____, Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

BORGES, D. F. & ARAUJO, M. A. D. Uma experiência de planejamento estratégico em universidade: o caso do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, Julho e Agosto de 2001.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

PDI -Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha. 2014. Acesso em http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20148309056884pdi_14_18pdf.pdf

PETTIGREW, Andrew; FERLIE, Ewan; MCKEE, Lorna. Shaping Strategic Change. London: Sage Publications, 1992.

SNELL, Scott; BOHLANDER, George. Administração de Recursos Humanos. Tradução de Maria Lúcia G. Leite Rosa e Solange Aparecida Visconti. 14. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

TAVARES, M. G. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: IX ANPED Seminário de pesquisa em educação da região sul, Caxias do Sul, 2012.

WOOD, Thomaz Junior (Org.). Mudança Organizacional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.